

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

MONICA DA COSTA COELHO RIBEIRO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO DO ALUNO

COLATINA

2019

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

MONICA DA COSTA COELHO RIBEIRO

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO DO ALUNO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título
especialista em **AEE - ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.**

COLATINA

2019

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO DO ALUNO

RESUMO- Este artigo tem como objetivo abordar estudos sobre a inclusão, bem como a importância da aprendizagem do aluno com deficiência e suas limitações. Apresentando as necessidades específicas de cada aluno e o que é necessário para sua inclusão escolar. É uma pesquisa que visa explicitar o quanto importante é o Atendimento Educacional Especializado que integram a participação da escola, comunidade e família tendo como foco o pleno desenvolvimento escolar do discente. Para que os direitos sejam garantidos e tenham uma educação inclusiva de qualidade é primordial que a família e a comunidade escolar conheçam os direitos que lhe são garantidos por lei bem como seus deveres e exijam sua aplicação no dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Família. Escola. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com alguma necessidade especial nas salas de aula regulares, vem há muito tempo lutando para que os mesmos tenham seus direitos garantidos e preservados mudando seu histórico de exclusão e abandono.

Uma vez definida e caracterizada a exclusão social, acreditamos que a sua erradicação implica um duplo processo de interação positiva entre os indivíduos excluídos e a sociedade a que pertencem e que passa impreterivelmente por dois caminhos: o dos indivíduos que se tornam cidadãos plenos; o da sociedade que permite e acolhe a cidadania. (FACHINI, 2009)

De acordo com a autora a inclusão só acontece quando a sociedade acolhe esse indivíduo dando as oportunidades necessárias para que ele se torne um cidadão pleno. A sociedade deve se adaptar para fazer a inclusão no cotidiano promovendo a igualdade de oportunidades e qualidade para todos.

A educação inclusiva está baseada em um paradigma educacional formado a partir dos direitos humanos, que tem como norteador a qualidade do ensino e a inserção do aluno no meio social, fazendo assim a integração total do mesmo.

Segundo Mazzotta, a escola não pode segregar os alunos com deficiência, pois a não segregação possibilita o avanço da aprendizagem do educando a qual se torna muito significativa.

Abordagem dinâmica (unidade entre comum e especial) como aquela que, baseada no princípio da não segregação, possibilita a melhor compreensão da relação entre o educando e a educação escolar e comporta a organização de situações de ensino-aprendizagem mais condizentes com as necessidades educacionais a atender. (MAZZOTTA, 2001)

A união entre escola, família e comunidade é fundamental para que haja a valorização da diversidade, que todos se preocupem com o bem-estar do ser

humano considerando-o como sujeito completo e dinâmico sabendo conviver uns com os outros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem como análise bibliográfica com o objetivo de interpretação das informações presentes em livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, leis e dissertações acerca do tema explicitado.

As seleções desses materiais foram feitas mediante as dúvidas e inquietações decorrentes dos estudos realizados sobre o tema. Percebendo assim, como ainda há poucos autores que lançam mão do estudo sobre o atendimento educacional especializado em conjunto com o desenvolvimento e o conhecimento prévio que cada ser humano carrega consigo.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Todo trabalho educacional necessita ser embasado através de conhecimentos e ter uma linha de pensamento que oriente a prática didática e fundamente suas convicções na tomada de decisões no que se refere aos planos de ensino e também a qualquer aluno dentro da diversidade.

A Educação Inclusiva teve seu surgimento como processo educacional na Declaração de Salamanca (1994), que prorrogou a inclusão para a diversidade com a intenção de dar apoio e integrar as deficiências no ensino regular e na idade adequada. Ela é caracterizada por um conjunto de processos educacionais, provenientes de políticas públicas articuladas impedindo qualquer forma de segregação ou de isolamento. Tais políticas sempre buscam promover o acesso da pessoa a escola regular, ampliando sua participação e assegurando seu pleno desenvolvimento intelectual. Para que a escola cumpra na íntegra todo o direito do aluno se faz necessário uma certa parceria e comprometimento entre família e escola e conhecimento de direitos e deveres através das leis, para que assim, o trabalho seja realizado com total responsabilidade. Por isso é importante conhecer os direitos da pessoa com deficiência. A Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 estabelece que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] (BRASIL, 2015, p. 19).

Pesquisar a legislação, conhecer direitos e deveres e responsabilidade do poder público ao cumprimento dessas leis é importante e fundamental para a família do educando.

Faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos. (ARANHA 2004, P. 07)

A escola e a família devem trabalhar em conjunto conhecendo o aluno e suas dificuldades, buscando o que for necessário para o seu desenvolvimento. Ela deve oferecer um currículo flexível, garantindo acessibilidade, desenvolvendo metodologias e práticas de ensino que sejam qualitativas garantindo condições de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

3.1 Atendimento educacional especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se caracteriza como um apoio e suporte as pessoas (alunos) com alguma deficiência. Ele visa atender as necessidades específicas decorrentes da deficiência ou comorbidade por meio de intervenções pedagógicas com o intuito de elevar o nível de conhecimento integral da criança e do jovem.

A Lei Nº 10.845, de 5 de março de 2004 complementa o atendimento educacional especializado em seu artigo 1º que:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência - PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do art. 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;

II - garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular. (MEC, SEESP 2006:190).

A necessidade de garantir as crianças seus direitos destacados na lei acima vieram para garantir as crianças com necessidades específicas o suporte necessário para sua aprendizagem.

O AEE é uma modalidade da educação e não substitui a sala regular. É realizado no contra turno do aluno por um profissional qualificado. E tem como objetivo identificar as necessidades de alunos com deficiência, com altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento. E em relação ao professor de AEE ele deve elaborar um plano de atuação e produzir materiais de acordo com cada especificidade.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL. Ministério da Educação, 2008, p. 15).

O atendimento educacional especializado é realizado por profissionais especializados em Salas de Recursos e Salas de Apoio e Acompanhamento a Inclusão de algumas escolas, ou nos Centros Especializados. Ele é responsável pelos atendimentos as necessidades específicas de cada aluno. É muito

importante para o crescimento intelectual do aluno com deficiência na sala de ensino regular.

Compete ao educador do AEE analisar as necessidades do aluno e selecionar os recursos apropriados e ensinar o modo correto de utilizá-lo. No entanto é recomendável avaliar os tais recursos e adequar as necessidades a fim de que o aluno passe por novas experiências em sala de aula. (SOUSA E SOUSA, p. 46 2017).

O professor especializado é facilitador no processo de aprendizagem e devem atuar colaborando com o professor da classe regular definindo práticas pedagógicas que os incluam no processo de ensino-aprendizagem.

Também é muito importante haver a participação da família em todo o processo. Mediante isso, os educadores devem estabelecer um bom relacionamento com a família dos alunos, conhecendo suas necessidades e hábitos.

O Atendimento Educacional Especializado é muito importante na detecção e nas intervenções precoces, pois ao chegar na base escolar estará mais apto.

As atribuições e funções do atendimento nas salas de recursos e nos centros especializados visam complementar e suplementar as atividades escolares. Assim, as salas de recursos se constitui em um serviço de apoio que deve ser realizado por professor especializado, disponível dentro da escola, caracterizando-se como um espaço de aprendizagem que avalia, acompanha e fornece ao alunos com necessidades educacionais especiais os instrumentos apropriados para o seu processo de escolarização, bem como apoia os professores nos ajustes dos materiais e das estratégias pedagógicas necessários para o acesso ao currículo, apoiando também toda a comunidade escolar no trabalho e na convivência com esse aluno. (BRIANT, ORMELEZI E SIAULYS, 2010, p.22).

As crianças com necessidades especiais devem ser respeitadas e incluídas nas atividades escolares, bem como nos momentos lúdicos e de lazer. Porém o educador deve sempre estar atento e verificar a necessidade de adaptar tais atividades.

A avaliação pedagógica deve oferecer ao aluno com deficiência oportunidades variadas de experiência a todo momento.

4. CONCLUSÃO

O Atendimento Educacional Especializado tem sido muito importante no processo de inclusão. Ele desenvolve as capacidades, proporciona a oportunidade de desenvolvimento da autonomia através de trabalhos que desenvolvam as potencialidades da criança.

O principal objetivo da Inclusão é alcançar o sucesso escolar do aluno com deficiência e para isso deve-se fazer um trabalho com responsabilidade pensando nas necessidades específicas de cada educando. Essa tarefa estende-se a todos os membros da comunidade escolar bem como a sociedade e a família.

É de extrema necessidade que o professor esteja em constante aperfeiçoamento e estudo, pois sabemos que a educação é um processo, e como todo processo há mudanças.

No que diz respeito ao aluno com necessidades especiais ele precisa sentir-se integrado, capaz de superar seus limites e caminhar com seus estudos. Não se sentir inferior por causa da sua deficiência. E para isso acontecer é preciso que o ambiente escolar seja acolhedor e sem preconceitos e que ofereça todo o suporte necessário para sua aprendizagem.

A aceitação a diversidade, a cooperação são princípios para que realmente aconteça uma educação inclusiva. Saber viver com a diferença humana significa aceitar a diversidade em qualquer lugar na sociedade. Contribuindo para o acesso ao conhecimento e aprendizagem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. SEESP/MEC. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. **Educação Inclusiva: a família**. Brasília: 2004.

BRASIL, **Saberes e práticas de inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/neuro-motora**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Inclusão**. Revista da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial, v.04. nº 05. Brasília: SEESP, 2008.

BRIANT, M. E.; ORMELEZI, E. M.; SIAULYS, M. C.. **A deficiência visual associada à deficiência múltipla e o atendimento educacional especializado**, São Paulo: Laramara, 2010.

FACHINI, S. R. V. **Inclusão socioeducacional**. São Paulo: Know How, 2009.

MAZZOTTA, M. J. **Educação especial no Brasil: história e políticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

TRABALHO, M. P. Lei Brasileira de Inclusão. **Lei nº 13. 146 de 6 de julho de 2015**. Vitória: procuradoria regional do trabalho da 17ª região, 2018.

SOUSA, A. C. da L. L.; SOUSA, I. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar**. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/viewFile/2310/clelav6n3.pdf>> Acesso em: 03 Jan. 2019.